

População não será afetada

BRASÍLIA – As medidas anunciadas ontem pelo Banco Central não terão qualquer consequência direta na vida da população. Foram tomadas para mudar, ao longo dos próximos dois anos, o perfil da dívida pública. Ou seja, da dívida de R\$ 403 bilhões formada nos últimos anos, todas as vezes em que o governo precisou pedir dinheiro emprestado ao mercado financeiro – por meio da venda de títulos públicos – para cobrir suas despesas.

A dívida mobiliária (em títulos) interna era de R\$ 61,7 bilhões em dezembro de 1994, primeiro ano do Plano Real. Desde então, não parou de crescer. Foi gradativamente inflada pela combinação das políticas cambial e monetária.

Até o início do ano, a inflação baixa era mantida graças ao câmbio semifixo. Só foi possível manter a paridade entre o real e o dólar, que em última análise funcionava como âncora do índice de preços, porque havia oferta de moeda estrangeira suficiente para tanto. E os dólares vinham para o Brasil atraídos pelos altos juros.

A dívida mobiliária é remunerada justamente pela taxa de juros interna. Ocorreu que o governo manteve a estratégia da âncora cambial com juros altos por cinco anos e quanto mais vendia papéis para financiar o déficit público maior ficava a dívida.

Em janeiro a dívida pública atingiu um ponto em que o merca-

do financeiro, inclusive os investidores internacionais, passou a não acreditar mais que o governo pudesse honrá-la. Os dólares para manter a política cambial escassearam e o BC foi obrigado a oferecer juros ainda maiores.

Desde então os bancos vêm conseguindo altos lucros financiando o setor público. As medidas de ontem foram tomadas para que o Tesouro consiga alongar o prazo de vencimento da dívida, que hoje gira em média a cada 11 meses, e diminuir o custo – 80% dela paga a juros Selic (19% ao ano atualmente) do dia do vencimento do título. A intenção é transformá-la de pós para prefixada. (U.B. e V.O.)